

TABELA GRI

2021



SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa

TABELA GRI

O presente documento constitui um anexo ao **RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DE 2021** da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, preparado de acordo com as Normas da Global Reporting Initiative (GRI) na opção “Essencial”.

Faz-se a identificação das Normas e indicadores GRI aos quais se está a dar resposta, com remissão para os respetivos conteúdos no Relatório (ou outros recursos externos) e detalhando-se a resposta, na própria Tabela, sempre que aplicável.

102
CONTEÚDOS
GERAIS

103
ABORDAGEM
DE GESTÃO

200
TÓPICOS
ECONÓMICOS

300
TÓPICOS
AMBIENTAIS

400
TÓPICOS
SOCIAIS

FONTES
DE INFORMAÇÃO

NORMAS UNIVERSAIS

CONTEÚDOS GERAIS



GRI 102: CONTEÚDOS GERAIS

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

PERFIL ORGANIZACIONAL

102-1 Nome da organização

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como “SCML”)

102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços

Cap. 2.2. As nossas áreas de intervenção

Mais informações em: <https://www.scml.pt/>.

Pág. 19

102-3 Localização da sede da organização

Largo Trindade Coelho – 1200-470 Lisboa

102-4 Localização das operações

Em Portugal, na região de Lisboa e noutras áreas do território nacional.

102-5 Tipo e natureza jurídica de propriedade

A SCML é uma entidade sem fins lucrativos, definida juridicamente como pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, nos termos dos respetivos Estatutos em vigor, aprovados pelo Decreto-Lei nº 235/2008, de 3 de dezembro.

A tutela da Santa Casa é exercida pelo membro do Governo que superintende a área da Segurança Social. Esta tutela abrange, além dos poderes especialmente previstos nos Estatutos, a definição das orientações gerais de gestão, a fiscalização da sua atividade e a sua coordenação com os organismos do Estado ou deles dependentes. É dotada de um orçamento próprio, gerando as suas próprias receitas, a partir da atribuição de uma percentagem dos rendimentos provenientes das receitas dos Jogos Sociais e dos rendimentos obtidos com a prestação de diferentes serviços (Ação Social, Saúde, Cultura, Educação e Património).

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

102-6 Mercados servidos

Cap. 2.2. As nossas áreas de intervenção

Mais informações em: www.scml.pt.

A SCML assegura, no distrito de Lisboa, um vasto trabalho nas áreas da ação social, da saúde, da educação e formação e da cultura, prestando serviços a milhares de pessoas. Para além disso, através dos apoios que concede a outras entidades e iniciativas nacionais, apoia boas causas em todo o país.

Ao assegurar a organização e exploração dos Jogos Sociais do Estado, em nome e por conta do Estado Português, desenvolve atividade em todo o território nacional. De referir que o Departamento de Jogos da SCML tem também uma delegação na cidade do Porto.

Pág. 19

102-7 Dimensão da organização

Cap. 1. O ano de 2021 em números

Pág. 10

Cap. 2.2. As nossas áreas de intervenção

Pág. 19

Cap. 4.3. Gerar e distribuir valor para o desenvolvimento da sociedade

Pág. 59

Cap. 5. Pessoas: apoiar a nossa comunidade interna

Pág. 71

102-8 Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores

Nº total de colaboradores por duração de contrato e por género		2019	2020	2021	Variação 2021/2020
Contrato sem termo	Homens	1 381	1 421	1 432	0,8%
	Mulheres	4 465	4 613	4 690	1,7%
	Subtotal	5 846	6 034	6 122	1,5%
Contrato a termo certo	Homens	50	38	34	-10,5%
	Mulheres	103	64	48	-25,0%
	Subtotal	153	102	82	-19,6%
Total	Homens	1 431	1 459	1 466	0,5%
	Mulheres	4 568	4 677	4 738	1,3%
	Total	5 999	6 136	6 204	1,1%

Nº total de colaboradores por tipo de contrato e por género		2019	2020	2021	Variação 2021/2020
Tempo integral	Homens	1 419	1 447	1 452	0,3%
	Mulheres	4 547	4 659	4 712	1,1%
	Subtotal	5 966	6 106	6 164	0,9%
Tempo parcial	Homens	12	12	14	16,7%
	Mulheres	21	18	26	44,4%
	Subtotal	33	30	40	33,3%
Total	Homens	1 431	1 459	1 466	0,5%
	Mulheres	4 568	4 677	4 738	1,3%
	Total	5 999	6 136	6 204	1,1%

Nota: Os dados reportam-se ao número de colaboradores existentes à data de 31 de dezembro de cada ano.

102-9 Cadeia de fornecedores

A SCML conta com diversos fornecedores críticos respeitantes a: alimentação; manutenção; limpeza e higiene; bens de saúde; vigilância; eletricidade; água e saneamento; gás; telecomunicações; transportadoras; produção e distribuição de jogo social; *software*; *hardware*; e seguros. Estes são fornecedores de bens ou serviços, nomeadamente, empreiteiros e prestadores de serviços sociais e/ou de saúde, cuja falha de fornecimento afetam diretamente os serviços prestados pela Instituição. Na sua grande maioria tratam-se de fornecedores nacionais.

102-10 Alterações significativas na organização ou na sua cadeia de fornecedores

Em 2021 não ocorreram alterações significativas na dimensão, localização e estrutura da Instituição, nem na cadeia de fornecedores.

102-11 Abordagem ao princípio da precaução

A SCML reconhece a sua responsabilidade por eventuais impactos na sociedade e no ambiente, decorrentes da sua atividade, comprometendo-se a, sempre que necessário, a tomar medidas de prevenção e mitigação dos mesmos.

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

102-12 Iniciativas externas

Cap. 3.1. O nosso caminho para o desenvolvimento sustentável

Pág. 28

102-13 Participação em associações

Cap. 3.3. A relação com as nossas partes interessadas

Pág. 39

A SCML participa em múltiplas organizações e associações, de âmbito local, nacional e internacional, e desenvolve com estas entidades projetos e iniciativas, numa perspetiva estratégica de consolidar e reforçar a sua missão e vocação, assim como divulgar os seus domínios de atuação. Nas tabelas seguintes, e por uma questão de síntese, indica-se uma seleção das associações nas quais a SCML participa – através do exercício de funções em órgãos sociais, participação em projetos, grupos de trabalho ou comissões, e contributo financeiro (para além das obrigações de associado).

AÇÃO SOCIAL

Nome da entidade	Exerce funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos, grupos de trabalho ou comissões	Contribui com financiamento substancial (além das obrigações de associado)
Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa	=		
Associação Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social	=	=	=
Associação ProChild Colab	=	=	=
Associação São João de Deus de Lisboa	=		
Casa Pia de Lisboa, I.P.		=	
Comissão Para a Pessoa com Deficiência		=	
Comissões de Proteção de Crianças e Jovens	=	=	
Confederação Nacional das Associações de Família		=	
Conselho Municipal de Educação de Lisboa	=		
Conselho Nacional de Adoção	=		
Cruz Vermelha Portuguesa (POAPMC)		=	=

Nome da entidade	Exerce funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos, grupos de trabalho ou comissões	Contribui com financiamento substancial (além das obrigações de associado)
Fundação António Manuel Figueiredo Sardinha	=		
Fundação do Desporto	=		=
Fundação INATEL	=		
Fundação Maria do Carmo Roque Pereira	=		
Instituto para as Políticas Públicas e Sociais	=		
Lisbon Institute of Global Mental Health (LIGMH)		=	=
Plataforma de Apoio aos Refugiados	=	=	
Rede para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa	=	=	
Rede Social de Lisboa	=	=	=

SAÚDE

Nome da entidade	Exerce funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos, grupos de trabalho ou comissões	Contribui com financiamento substancial (além das obrigações de associado)
Associação para Investigação e Desenvolvimento da Faculdade de Medicina		=	=
Associação Protetora de Diabéticos de Portugal		=	=
Chapitô		=	
Nova Medical School – Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa		=	
Sociedade Portuguesa de Pneumologia		=	

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

QUALIDADE, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Nome da entidade	Exerce funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos, grupos de trabalho ou comissões	Contribui com financiamento substancial (além das obrigações de associado)
Associação Lisboa E-Nova – Agência de Energia e Ambiente de Lisboa	=		=
Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão (APPDI)		=	

EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOCIAL

Nome da entidade	Exerce funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos, grupos de trabalho ou comissões	Contribui com financiamento substancial (além das obrigações de associado)
Associação “És Líder”		=	
Centro de Competências para a Inovação Social	=		
European Venture Philanthropy Association (estatuto de “Full membership”)			=
GRACE – Empresas Responsáveis		=	
Grupo de Trabalho Português para o Investimento Social		=	

CULTURA

Nome da entidade	Exerce funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos, grupos de trabalho ou comissões	Contribui com financiamento substancial (além das obrigações de associado)
Associação Portuguesa de Museologia		=	
Fundação Calouste Gulbenkian			=
Fundação de Serralves (íntegra o Conselho de Fundadores)	=		=

JOGOS SOCIAIS DO ESTADO

Nome da entidade	Exerce funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos, grupos de trabalho ou comissões	Contribui com financiamento substancial (além das obrigações de associado)
Associação Portuguesa de Contact Centers (APCC)	=	=	
Corporación Ibero Americana de Loterías y Apuestas de Estado		=	
Euromilhões		=	
Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)		=	

ENSINO SUPERIOR EM SAÚDE

Nome da entidade	Exerce funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos, grupos de trabalho ou comissões	Contribui com financiamento substancial (além das obrigações de associado)
Associação Portuguesa de Fisioterapeutas		=	
Associação Portuguesa de Terapeutas Ocupacionais		=	
European Network of Physiotherapy in Higher Education	=	=	
Instituto Superior de Ciências da Saúde		=	
Ordem dos Fisioterapeutas Portugueses	=	=	
Rede Académica das Ciências da Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	=	=	
Sociedade Portuguesa de Terapia da Fala	=	=	
World Physiotherapy		=	



102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

PATRIMÓNIO

Nome da entidade	Exerce funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos, grupos de trabalho ou comissões	Contribui com financiamento substancial (além das obrigações de associado)
Associação de Beneficiários de Loures	=		

PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

Nome da entidade	Exerce funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos, grupos de trabalho ou comissões	Contribui com financiamento substancial (além das obrigações de associado)
CoLABOR – Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social	=	=	=

SEGURANÇA

Nome da entidade	Exerce funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos, grupos de trabalho ou comissões	Contribui com financiamento substancial (além das obrigações de associado)
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil		=	
Comissão Municipal de Proteção Civil da Câmara Municipal de Lisboa		=	
Serviço Municipal de Proteção Civil de Lisboa		=	=

ESTRATÉGIA

102-14 Declaração do Presidente do Conselho de Administração

Cap. 1.1. Entrevista ao Provedor

Pág. 5

ÉTICA E INTEGRIDADE

102-16 Valores, princípios, padrões e normas de comportamento

Cap. 2.1. A nossa identidade

Pág. 16

Cap. 7.1. Assegurar uma cultura de ética, transparência e boa conduta

Pág. 115

A Instituição dispõe de um conjunto de instrumentos orientadores em matéria de ética e conduta, nomeadamente:

- Código de Boas Práticas dos Trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho;
- Código de Conduta dos Fornecedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- Código de Conduta no âmbito da Organização e Exploração dos Jogos Sociais do Estado;
- Política de Jogo Responsável;
- Política Interna de Prevenção de Branqueamento de Capitais no âmbito da Organização e Exploração dos Jogos Sociais do Estado.

Mais informações em: www.scml.pt/sobre-nos/etica-e-conduta

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

GOVERNAÇÃO

102-18 Estrutura de governação

Cap. 2.3. O nosso Modelo de Governo

Pág. 22

ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

102-40 Lista de grupos de partes interessadas

Cap. 3.3. A relação com as nossas partes interessadas

Pág. 39

102-41 Acordos de contratação coletiva

Acordos de contratação coletiva	2019	2020	2021
Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	99%	97%	98%

102-42 Identificação e seleção de partes interessadas

Cap. 3.3. A relação com as nossas partes interessadas

Pág. 39

O processo de mapeamento realizado em 2013 foi revisto e revalidado em 2018, junto dos diferentes serviços da SCML. Os contributos recebidos foram posteriormente organizados em grandes grupos, resultando na lista identificada no Cap. 3.3. O exercício realizado permitiu igualmente identificar as partes interessadas com maior impacto na atividade da Instituição.

102-43 Abordagem ao envolvimento com as partes interessadas

Cap. 3.3. A relação com as nossas partes interessadas

Pág. 39

102-44 Principais questões e preocupações identificadas

Cap. 3.3. A relação com as nossas partes interessadas

Pág. 39

Cap. 3.4. Os nossos tópicos materiais

Pág. 44

PRÁTICAS DE RELATO

102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas, constantes do Relatório de Gestão e Contas da SCML, incluem todos os serviços da Instituição, com exclusão das contas do Departamento de Jogos as quais, por obrigação legal, são apresentadas em Relatório e Contas próprio. Nas demonstrações financeiras SCML incluem-se as seguintes entidades, tendo por critério, o Método de Equivalência Patrimonial (MEP):

- **SC Global – Santa Casa Global Unipessoal Lda.** – participação de 100%;
- **Clínica Oriental de Chelas, Lda.** – 95% do capital social da Clínica e restante capital próprio (resultados transitados e reservas legais);
- **SOJOGO – Associação Gestora dos Jogos Sociais de Moçambique** – participação no capital social no valor de 87,06%;
- **CVP – Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. (SGH)**, entidade gestora do Hospital da Cruz Vermelha – participação de 54,98% do capital social;
- **SAS – Apostas Sociais, Jogos e Apostas Online, SA** – participação no capital social no valor de 54%;
- **AHED – Advanced Health Education** – participação no capital social no valor de 24,39%.

Adicionalmente, a Instituição participa ainda no capital social de outras entidades, de forma minoritária, não sendo as mesmas consolidadas nas demonstrações financeiras nem nas informações de sustentabilidade da SCML apresentadas no presente Relatório:

- **Conselho de Fundadores da Fundação da Juventude** – participação no capital social de 7,44%;
- **Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** – participação no capital social no valor de 5,10 %;
- **Clínica CUF Belém** – participação no capital social no valor de 3,43%;
- **Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL)** – participação no capital social no valor de 1,49%.
- **Caixa Económica Montepio Geral** – participação no capital social em 0,0031%;

Para mais informação, poderá ser consultado o Relatório de Gestão e Contas da SCML e o Relatório de Gestão e Contas do Departamento de Jogos em: <https://scml.pt/sobre-nos/documentacao/>.

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

102-46 Definição do conteúdo do relatório e limites dos tópicos		
Cap. 3.4. Os nossos tópicos materiais		Pág. 44
102-47 Lista de tópicos materiais		
Cap. 3.4. Os nossos tópicos materiais		Pág. 44
102-48 Reformulações de informações		
Cap. 8.1. Sobre este relatório		Pág. 129
Os seguintes indicadores foram alterados/atualizados face aos dados constantes do último Relatório de Sustentabilidade: 201-1 Valor económico direto gerado e distribuído; 302-1 Consumo de energia dentro da organização; 303-3 Captação de água; 303-4 Efluentes; 303-5 Consumo de água; 401-1 Novas contratações e rotatividade de colaboradores; 404-1 Média de horas de formação anual por colaborador; 405-1 Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores. Remete-se para os respetivos indicadores a identificação da informação alterada.		
102-49 Alterações no relato		
Não ocorreram alterações significativas.		
102-50 Período coberto pelo relatório		
1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021		
102-51 Data do relatório anterior mais recente		
Relatório de Sustentabilidade 2020, publicado em dezembro de 2021		
102-52 Ciclo de emissão de relatórios		
Anual		
102-53 Contactos para questões sobre o relatório		
Departamento da Qualidade e Inovação – Unidade de Sustentabilidade Largo Trindade Coelho 1200-470 Lisboa sustentabilidade@scml.pt		
102-54 Declaração de conformidade com as Normas GRI		
Cap. 8.1. Sobre este relatório		Pág. 129
102-55 Índice GRI		
A presente tabela		
102-56 Verificação externa		
O relatório não foi submetido a verificação externa.		

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

NORMAS UNIVERSAIS

ABORDAGEM
DE GESTÃOGRI 103:
ABORDAGEM DE GESTÃO
(COMUM AOS TÓPICOS MATERIAIS DA SCML)

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

103-1 Explicação do tópico material e da sua Fronteira

Cap. 3.4. Os nossos tópicos materiais

Cada tópico material apresenta, no início do respetivo capítulo/ subcapítulo onde está inserido, informação introdutória sobre a sua relevância para a SCML.

Pág. 44

103-2 A abordagem de gestão e as suas componentes

Cap. 3.2. Sustentabilidade nos ciclos estratégicos

Cada tópico material apresenta, no respetivo capítulo/subcapítulo, informação sobre políticas existentes, compromissos definidos, e outras informações relevantes, que refletem a forma de gestão da SCML. Adicionalmente, apresenta-se uma seleção de ações específicas, tais como projetos, programas e iniciativas, como forma de ilustrar a concretização da sua gestão em cada âmbito específico.

No que diz respeito às reclamações, existem vários mecanismos com o objetivo de obter as opiniões e também sugestões dos utentes, clientes e beneficiários (Cap. 3.3.). Para além do livro de reclamações – instrumento formal/oficial previsto legalmente –, a Instituição dispõe de outros canais para a receção de opiniões e/ou sugestões, nomeadamente, caixas localizadas na receção dos serviços, o endereço eletrónico secretaria.geral@scml.pt e ainda a possibilidade de receção por carta – para Largo Trindade Coelho, 1200-470 Lisboa. Existe ainda a possibilidade de se poder fazer um agendamento de atendimento presencial.

Pág. 34

103-3 Avaliação da abordagem de gestão

Cap. 3.2. Sustentabilidade nos ciclos estratégicos

A SCML realiza a monitorização e avaliação regular dos indicadores GRI e outros associados a cada tópico e respetivos objetivos operacionais definidos no âmbito da sua estratégia. Para avaliar a eficácia da forma de gestão, conta com o sistema *Balanced Scorecard* – sistema de controlo estratégico implementado na organização – bem como com os resultados de auditorias (internas e externas) e de outras atividades de supervisão, com a avaliação das ações empreendidas para tratar riscos e oportunidades e com o *feedback* das partes interessadas (tais como estudos de notoriedade e satisfação).

A informação associada a cada tópico e à concretização dos objetivos referidos é divulgada no Relatório de Gestão e Contas e no Relatório de Sustentabilidade, disponibilizados às partes interessadas no *site* da Instituição: <https://scml.pt/sobre-nos/documentacao/>.

Pág. 34

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

NORMAS ESPECÍFICAS

TÓPICOS
ECONÓMICOSGRI 201:
DESEMPENHO ECONÓMICO

Referente à norma publicada em 2016

201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

Cap. 4.3. Gerar e distribuir valor para o desenvolvimento da sociedade

Milhares de euros	2019	2020	2021	Varição 2021/2020
I) Valor Económico Direto Gerado	268 389,4	218 572,0	224 671,1	2,8%
Distribuição Resultados dos Jogos Sociais	226 056,5	180 492,5	186 456,1	3,3%
Atividade Ação Social	6 805,0	6 512,4	5 943,4	-8,7%
Atividade Saúde	21 167,7	18 693,6	20 924,1	11,9%
Património	7 969,5	8 056,9	7 572,7	-6,0%
Escola Superior	2 006,4	2 093,2	2 351,6	12,3%
Cultura	69,3	30,4	39,2	29,0%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	524,8	164,5	138,4	-15,9%
Outras Receitas Correntes	3 790,1	2 528,5	1 245,5	-50,7%
II) Valor Económico Direto Distribuído (Custos operacionais)	240 281,6	256 033,9	255 347,9	-0,3
Fornecedores	60 349,8	67 150,6	66 978,1	-0,3
Gastos com Pessoal	139 967,5	147 619,2	152 829,8	3,5
Subsídios a utentes, bolsas, prémios e apoios financeiros	39 226,5	40 695,8	34 897,8	-14,2
Outras Despesas Correntes	737,7	568,3	642,2	13,0
III) Valor Económico Acumulado (I-II)	28 107,8	-37 461,88	-30 676,8	-18,1

Nota: o valor de Subsídios a utentes, bolsas, prémios e apoios financeiros dos anos de 2019 e 2020 foram alterados de forma a acomodar o valor dos prémios de concursos que estavam englobados nas outras despesas correntes no relato anterior.

LOCALIZAÇÃO

Pág. 59



102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

201-4 Apoios financeiros recebidos do Governo

Fonte de financiamento	Montante recebido em 2021 (milhares de euros)
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	925,2
Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)	242,9
Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados (FEAC)	140,6
Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)	84,0
Fundo Social Europeu (FSE)	75,3
Orçamento da Segurança Social (OSS)	76,3
Horizonte 2020	59,5
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP)	88,6
Total	1 692,3

Nota: Para o cálculo deste indicador, foram considerados como apoios do Governo, os apoios recebidos para projetos específicos, que não configurem pagamento/comparticipação de serviços regulares prestados pela SCML, no âmbito da sua atividade. Dentro deste limite, divulga-se a informação relacionada com os apoios recebidos através de fundos comunitários e/ou de instituições públicas nacionais.

GRI 202:
PRESENÇA NO MERCADO

Referente à norma publicada em 2016

202-1 Rácio entre o salário de entrada e o salário mínimo local

Rácio entre o salário de entrada e o salário mínimo local	2019	2020	2021
Homens	1,06	1,06	1,05
Mulheres	1,06	1,06	1,05

LOCALIZAÇÃO

GRI 205:
ANTICORRUPÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

205-1 Operações submetidas a avaliação de riscos de corrupção

Em 2021 não foram realizadas avaliações de riscos de corrupção.

205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

Cap. 7.1. Assegurar uma cultura de ética, transparência e boa conduta

Pág. 115

205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas

Casos confirmados de corrupção	2019	2020	2021
Incidentes confirmados de corrupção	0	0	0
Incidentes confirmados nos quais colaboradores foram demitidos ou disciplinados devido a corrupção	0	0	0
Incidentes confirmados nos quais contratos com Parceiros de negócio foram terminados ou não renovados devido a violações provocadas por corrupção	0	0	0

GRI 206:
CONCORRÊNCIA DESLEAL

Referente à norma publicada em 2016

206-1 Ações legais devido a comportamento anticoncorrencial, concorrência desleal ou prática de monopólio

Em 2021 a SCML não foi alvo de ações legais devido a comportamento anticoncorrencial, concorrência desleal ou prática de monopólio.

LOCALIZAÇÃO

LOCALIZAÇÃO



102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

NORMAS ESPECÍFICAS

TÓPICOS
AMBIENTAISGRI 302:
ENERGIA

Referente à norma publicada em 2016

302-1 Consumo de energia dentro da organização

Cap. 6.1. Otimizar a utilização dos recursos naturais

Energia consumida (GJ)	2019	2020	2021	Varição 2021/2020	
Energia de fontes não renováveis	Gás Natural	29 970	26 890	25 138	-6,5%
	Fuelóleo	4 703	4 989	4 500	-9,8%
	Gás Propano	4 656	458	605	32,1%
	Gás Butano	16	6	26	336,6%
	Gasóleo – outros (não frota)	136	300	209	-29,8%
	Gasolina – outros (não frota)	43	12	20	66,0%
	Gasóleo – Frota	11 187	9 249	9 841	6,4%
	Gasolina – Frota	115	102	335	228,4%
Energia adquirida	Eletricidade	59 157	54 746	52 780	-3,6%
Total	109 982	96 752	93 454	-3,4%	

Nota 1: Os valores de 2019 e 2020 da categoria "Gasóleo – outros (não frota)" foram alterados face ao relato anterior, por forma a incluírem os valores do Agrodiesel.

Nota 2: o universo dos consumos de energia comunicados é composto por todas as edificações e instalações da SCML, nomeadamente os edifícios afetos à atividade do Departamento de Ação Social e Saúde (incluindo os edifícios que transiteram definitivamente do Instituto da Segurança Social, I.P. para a SCML e aqueles que ficaram sob sua gestão temporária), do Departamento de Jogos, do Hospital Ortopédico de Sant'Ana, da Escola Superior de Saúde do Alcoitão, do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, os Serviços Centrais de Gestão da Instituição, o Museu e Igreja de São Roque, armazéns e outros espaços de apoio, bem como os edifícios afetos a atividades de rentabilização do património imobiliário. Excluem-se deste relato apenas as instalações cujos acordos e contratos de cedência ou de arrendamento não preveem encargos para a SCML com consumos energéticos.

LOCALIZAÇÃO

Pág. 101



102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃOGRI 303:
ÁGUA E EFLUENTES

Referente à norma publicada em 2018

303-1 Interações com a água como um recurso partilhado

Cap. 6.1. Otimizar a utilização dos recursos naturais

Pág. 101

303-2 Gestão dos impactos relacionados com o descarte de água

Cap. 6.1. Otimizar a utilização dos recursos naturais

Pág. 101

As condições de descarga do efluente final da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais localizada na Obra Social do Pousal obedecem ao disposto na legislação aplicável (Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de agosto), conforme o definido na “Licença de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais”.

As determinações analíticas e os padrões mínimos para os efluentes decorrem da metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e seguintes diplomas legais: Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de agosto e a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei nº 83/2011, de 20 de junho.

LOCALIZAÇÃO

303-3 Captação de água

Cap. 6.1. Otimizar a utilização dos recursos naturais

Pág. 101

Captação de água (ML)	Localização	2019	2020	2021	Variação 2021/2020
Água subterrânea	Cascais	0,450	0,000	0,000	0,0%
	Lisboa	0,330	0,000	0,330	-
	Subtotal	0,780	0,000	0,330	-
Água adquirida a terceiros	Cascais	63,367	72,425	88,226	21,8%
	Sintra	15,414	13,157	11,435	-13,1%
	Portalegre	0,000	0,001	0,004	264,4%
	Mafra	18,733	8,928	10,481	17,4%
	Loures e Odivelas	1,264	1,132	1,168	3,2%
	Porto	0,223	0,201	0,168	-16,2%
	Oeiras e Amadora	0,736	0,587	1,079	83,8%
	Lisboa	194,418	175,444	175,316	-0,1%
	Subtotal	294,156	271,874	287,878	5,9%
Total		294,936	271,874	288,208	6,0%

Nota 1: Alguns valores de 2019 e 2020 foram corrigidos, face ao relato anterior, ao nível dos arredondamentos.

Nota 2: Os valores de captação de água dizem respeito a todas as edificações e instalações da SCML, nomeadamente os edifícios afetos à atividade do Departamento de Ação Social e Saúde (incluindo os edifícios que transitaram definitivamente do Instituto da Segurança Social, I.P. para a Misericórdia de Lisboa e aqueles que ficaram sob sua gestão temporária), do Departamento de Jogos, do Hospital Ortopédico de Sant'Ana, da Escola Superior de Saúde do Alcoitão, do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, os Serviços Centrais de Gestão da Instituição, o Museu e Igreja de São Roque, armazéns e outros espaços de apoio, bem como os edifícios afetos a atividades de rentabilização do património imobiliário. Excluem-se deste relato apenas as instalações cujos acordos e contratos de cedência ou de arrendamento não preveem encargos para a SCML com consumos hídricos.

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

303-4 Efluentes

Cap. 6.1. Otimizar a utilização dos recursos naturais

Os dados referentes à descarga de efluentes são estimados. No caso dos efluentes para tratamento por terceiros teve-se por base o valor de captação de água o qual foi afetado por um coeficiente de afluência à rede de 0,90 (proporção considerada pelas entidades gestoras municipais onde estão localizadas as instalações da Instituição), de acordo com o Decreto Regulamentar nº 23/95, de 23 de agosto.

No caso da Obra Social do Pousal, localizada na região de Mafra, existe uma ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais que promove o tratamento secundário, após o qual se efetua a descarga de efluentes em meio superficial. Para o relato da informação considerou-se o volume máximo de descarga permitido de acordo com a “Licença de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais” em vigor.

Para os restantes casos, adotou-se um valor conservador (do ponto de vista do consumo de água), tendo o valor de captação de água sido afetado por um coeficiente de 0,70.

Pág. 101

Descarga total de efluentes por meio recetor (ML)	Localização	2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Descarga de efluentes em meio superficial	Mafra	6,570	5,859	6,570	12,1%
	Subtotal	6,570	5,859	6,570	12,1%
Descarga de efluentes em meio subterrâneo	Cascais	0,315	0,000	0,000	0,0%
	Lisboa	0,231	0,000	0,231	-
	Subtotal	0,546	0,000	0,231	-
Descarga de efluentes para tratamento por terceiros	Cascais	57,030	65,183	79,403	21,8%
	Sintra	13,873	11,841	10,291	-13,1%
	Portalegre	0,000	0,001	0,003	264,4%
	Mafra	3,451	2,176	2,809	29,1%
	Loures e Odivelas	1,138	1,019	1,051	3,2%
	Porto	0,200	0,181	0,151	-16,2%
	Oeiras e Amadora	0,662	0,528	0,971	83,8%
	Lisboa	174,976	157,899	157,785	-0,1%
	Subtotal	251,331	238,828	252,466	5,7%
	Total		258,447	244,687	259,267

Nota: Os dados de descarga de efluentes em meio superficial, referentes a Cascais e Lisboa, foram corrigidos face ao relato anterior, tendo-se passado a incluir como descarga de efluentes em meio subterrâneo. De referir ainda que alguns valores de 2019 e 2020 foram corrigidos ao nível dos arredondamentos.

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

Descarga total de efluentes por nível de tratamento (ML)	Tipo de tratamento	2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Descarga de efluentes em meio superficial	Tratamento secundário	6,570	5,859	6,570	12,1%
Descarga de efluentes em meio subterrâneo	Sem tratamento	0,546	0,000	0,231	-
Descarga de efluentes para tratamento por terceiros	Sem informação	251,331	238,828	252,466	5,7%
Total		258,447	244,687	259,267	6,0%

Nota 1: Não foi possível obter informação sobre o tipo de tratamento realizado por terceiros, sendo que o efluente é encaminhado para o coletor municipal e é tratado conforme o sistema de tratamento de cada município.

Nota 2: Alguns valores de 2019 e 2020 foram corrigidos, face ao relato anterior, ao nível dos arredondamentos.

Nota 3: A instalação com descarga de efluentes sujeitos a tratamento secundário encontra-se fora da malha urbana. Não sendo possível a ligação com o coletor, optou-se por este nível de tratamento, considerado adequado ao tipo de efluentes (equivalente a doméstico).

Descarga total de efluentes em zonas de stress hídrico (ML)	Localização	2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Descarga de efluentes para tratamento por terceiros	Portalegre	0,0004	0,0009	0,0034	264,4%

Nota: Alguns valores de 2019 e 2020 foram corrigidos, face ao relato anterior, ao nível dos arredondamentos.

303-5 Consumo de água

Cap. 6.1. Otimizar a utilização dos recursos naturais

Consumo de água (ML)	2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Total de água captada	294,936	271,874	288,208	6,0%
Total de efluente descarregado	258,447	244,687	259,267	6,0%
Total	36,489	27,187	28,941	6,5%

Nota: Alguns valores foram corrigidos face ao relato anterior (ao nível dos arredondamentos).

Pág. 101

GRI 305: EMISSÕES

Referente à norma publicada em 2016

305-1 Emissões diretas de GEE (Âmbito 1)

Cap. 6.1. Otimizar a utilização dos recursos naturais

Emissões diretas GEE – Âmbito 1 (tCO ₂)	2019	2020	2021	Varição 2021/2020	
Consumo de combustíveis nas instalações	Gás Natural	1 687,0	1 513,0	1 415,0	-6,5%
	Fuelóleo	361,0	383,0	346,0	-9,7%
	Gás Propano	292,0	29,0	38,0	31,0%
	Gás Butano	1,0	0,4	1,7	336,8%
	Gasolina	3,0	1,0	1,0	0,0%
	Gasóleo	3,0	15,0	7,0	-53,3%
	Agrodiesel	7,0	7,0	8,0	14,3%
Subtotal	2 354,0	1 948,4	1 816,7	-6,8%	
Consumo de combustíveis na frota	Gasolina	8,0	7,0	25,0	257,1%
	Gasóleo	770,0	636,0	677,0	6,4%
	Subtotal	778,0	643,0	702,0	9,2%
Total	3 132,0	2 591,4	2 518,7	-2,8%	

Nota 1: Devido a alterações da metodologia, em 2021, o Agrodiesel passou a ser considerado como combustível consumido nas instalações.

Nota 2: O universo do cálculo de emissões é composto por todas as edificações e instalações da SCML, nomeadamente os edifícios afetos à atividade do Departamento de Ação Social e Saúde (incluindo os edifícios que transitaram definitivamente do Instituto da Segurança Social, I.P. para a Misericórdia de Lisboa e aqueles que ficaram sob sua gestão temporária), do Departamento de Jogos, do Hospital Ortopédico de Sant'Ana, da Escola Superior de Saúde do Alcoitão, do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, os Serviços Centrais de Gestão da Instituição, o Museu e Igreja de São Roque, armazéns e outros espaços de apoio, bem como os edifícios afetos a atividades de rentabilização do património imobiliário. Excluem-se deste relato apenas as instalações cujos acordos e contratos de cedência ou de arrendamento não preveem encargos para a SCML com consumos energéticos.

O cálculo das emissões baseia-se no quadro metodológico estabelecido pelo The Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol), desenvolvido pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), em colaboração com o World Resources Institute (WRI). A estimativa das emissões de dióxido de carbono (reportado em toneladas de CO₂) foi realizado com base nos consumos de energia. Para tal foram utilizados fatores de emissão por tipo de combustível, com base em dados publicados por entidades oficiais nacionais (Agência Portuguesa do Ambiente e Direção-Geral de Energia e Geologia).

Pág. 101

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

305-2 Emissões indiretas (Âmbito 2) de GEE resultantes da energia adquirida

Cap. 6.1. Otimizar a utilização dos recursos naturais

Pág. 101

Emissões indiretas – Âmbito 2 (tCO ₂)	2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Eletricidade (<i>market based</i>)	3 798,0	0,8	3 674,0	452 921%
Eletricidade (<i>location-based</i>)	4 150,1	3 065,0	2 407,1	-21,5%

Nota 1: A redução verificada nas emissões indiretas, de Âmbito 2, em 2020, justifica-se pelo facto de, nesse ano, a maior parte da energia elétrica ter sido proveniente de um comercializador que assegurou o fornecimento de energia verde (100% renovável). Por outro lado, o aumento verificado em 2021 deriva da alteração do fornecedor de energia, no seguimento do termo do prazo do contrato existente e do concurso público internacional realizado para lhe suceder. Embora ambos os contratos de prestação de serviço tenham definido como critério não negociável para o fornecimento de energia elétrica que pelo menos 40% da energia seja proveniente de fontes renováveis, o principal comercializador da SCML em 2020 fornecia exclusivamente energia verde, o que já não se conseguiu garantir na alteração de comercializador de 2021.

Nota 2: Para o cálculo das emissões indiretas, de Âmbito 2, foram consideradas as edificações e instalações da SCML, nomeadamente os edifícios afetos à atividade do Departamento de Ação Social e Saúde (incluindo os edifícios que transitaram definitivamente do Instituto da Segurança Social, I.P. para a Misericórdia de Lisboa e aqueles que ficaram sob sua gestão temporária), do Departamento de Jogos, do Hospital Ortopédico de Sant'Ana, da Escola Superior de Saúde do Alcoitão, do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, os Serviços Centrais de Gestão da Instituição, o Museu e Igreja de São Roque, armazéns e outros espaços de apoio, bem como os edifícios afetos a atividades de rentabilização do património imobiliário. Excluem-se deste relato apenas as instalações cujos acordos e contratos de cedência ou de arrendamento não preveem encargos para a SCML com consumos energéticos.

Para o cálculo das emissões de GEE associados ao consumo de eletricidade, considerou-se:

- *Market-based*: os dados enviados pelos comercializadores à ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos;
- *Location-based*: os fatores de emissão, referente aos *mix* energéticos nacionais, tendo por base os dados mais recentes publicamente disponíveis indicados pela *Association of Issuing Bodies* nos seus relatórios anuais – “European Residual Mixes – Results of the calculation of Residual Mixes” (2019 – Version 1.1, 2020-09-08; 2020 – Version 1.0, 2021-05-31; 2021 – Version 1.1, 2022-05-31).

305-3 Emissões indiretas (Âmbito 3)

Cap. 6.1. Otimizar a utilização dos recursos naturais

Pág. 101

Emissões indiretas – Âmbito 3 (tCO ₂)	2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Outras emissões indiretas	85,0	26,0	25,0	-3,8%

Nota: Para o cálculo deste indicador são atualmente consideradas as viagens aéreas, de autocarro e ferroviárias realizadas em serviço pelos colaboradores. O cálculo não inclui os dados referentes a *rent-a-car* nem *transfers*.

Metodologia de cálculo:

- Viagens aéreas:

Recorreu-se ao ICAO – International Civil Aviation Organization. Foram consideradas as escalas nos voos mais longos onde não existissem voos diretos. Para os cálculos, considerou-se a classe económica.

- Viagens de autocarro (inexistentes em 2020 e 2021):

Considerou-se a informação disponibilizada pela Secretaria-Geral do ponto de partida/destino e recorreu-se ao *Google Maps* para o cálculo dos quilómetros percorridos. O consumo médio teve em consideração a marca e modelo da viatura (quando identificado). Não havendo identificação do tipo de viatura, considerou-se um consumo médio de 5 litros por cada 100 quilómetros percorridos.

- Viagens ferroviárias:

Considerou-se a informação disponibilizada pelo simulador CP – ECO-Viagem CP para as viagens de comboio realizadas em Portugal. Para as viagens ferroviárias realizadas fora de Portugal, calculou-se os quilómetros percorridos através de um simulador *online* e considerou-se um consumo de 8,5 kWh/km.

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃOGRI306:
RESÍDUOS

Referente à norma publicada em 2020

306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados com resíduos

Cap. 6.1. Otimizar a utilização dos recursos naturais

Uma vez que a SCML presta serviços de diferentes tipologias, não passíveis de serem apresentadas num único fluxograma, não se apresenta o fluxo de processo das entradas, atividades e saídas que causam ou poderiam causar impactos significativos relacionados com resíduos.

306-2 Gestão de impactos significativos relacionados resíduos

Cap. 6.1. Otimizar a utilização dos recursos naturais

Na gestão diária dos resíduos gerados nos seus diferentes serviços, a SCML conta com: (i) operadores de gestão de resíduos licenciados, que asseguram a recolha, transporte e valorização ou eliminação de resíduos; (ii) empresa municipal, que assegura a recolha, transporte e entrega em destino final autorizado; e (iii) serviço municipal de higiene urbana no que se refere aos resíduos urbanos de instalações equiparadas a domésticas que assegura a recolha, transporte e entrega em destino final autorizado.

A garantia de uma gestão adequada dos resíduos é assegurada através de cláusulas contratuais específicas e das obrigações legais existentes que devem ser seguidas pelas entidades envolvidas.

Dentro dos processos utilizados para recolher e monitorizar os dados relacionados com resíduos, destaca-se a plataforma de gestão de e-GAR e a declaração enviada por parte da entidade que assegura a recolha de resíduos em instalações Grandes Produtores, no município de Cascais.

Tendo em conta a tipologia de serviços prestados pela SCML, entendeu-se não ser relevante fazer a monitorização dos resíduos gerados a montante e a jusante na sua cadeia de valor.

LOCALIZAÇÃO

Pág. 101

Pág. 101

306-3 Resíduos gerados

Cap. 6.1. Otimizar a utilização dos recursos naturais

Pág. 101

Resíduos perigosos (toneladas)		2019	2020	2021	Variação 2021/2020
Hospitalares	Gerados	98,9	254,8	193,3	-24,1%
	Destinados para operações valorização	0,0	0,0	0,0	0,0%
	Destinados para operações eliminação	98,9	254,8	193,3	-24,1%
Outras tipologias de resíduos perigosos (inclui 21 códigos LER diferentes)	Gerados	10,1	16,3	8,6	-47,1%
	Destinados para operações valorização	8,2	15,8	8,2	-48,3%
	Destinados para operações eliminação	1,9	0,5	0,5	-10,1%
Total	Gerados	109,1	271,1	201,9	-25,5%
	Destinados para operações valorização	8,2	15,8	8,2	-48,3%
	Destinados para operações eliminação	100,9	255,3	193,7	-24,1%

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

Resíduos não perigosos (toneladas)		2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Papel/cartão	Gerados	53,8	22,4	36,9	64,8%
	Destinados para operações valorização	53,8	22,4	36,9	64,8%
	Destinados para operações eliminação	0,0	0,0	0,0	0,0%
Plástico/metal	Gerados	26,8	9,0	12,3	37,7%
	Destinados para operações valorização	26,8	9,0	12,3	37,7%
	Destinados para operações eliminação	0,0	0,0	0,0	0,0%
Vidro	Gerados	9,9	2,3	0,8	-63,9%
	Destinados para operações valorização	9,9	2,3	0,8	-63,9%
	Destinados para operações eliminação	0,0	0,0	0,0	0,0%
Orgânicos	Gerados	391,7	12,3	14,3	16,1%
	Destinados para operações valorização	391,7	12,3	14,3	16,1%
	Destinados para operações eliminação	0,0	0,0	0,0	0,0%
Indiferenciados	Gerados	744,9	470,0	462,8	-1,5%
	Destinados para operações valorização	134,0	113,7	127,9	12,5%
	Destinados para operações eliminação	611,0	356,4	334,9	-6,0%

Resíduos não perigosos (toneladas)		2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Outras tipologias de resíduos não perigosos (inclui 24 códigos LER diferentes)	Gerados	542,8	505,8	449,1	-11,2%
	Destinados para operações valorização	510,7	486,7	382,5	-21,4%
	Destinados para operações eliminação	32,1	19,1	66,6	249,7%
Total	Gerados	1 770,1	1 021,7	976,3	-4,4%
	Destinados para operações valorização	1 127,0	646,3	574,8	-11,1%
	Destinados para operações eliminação	643,0	375,4	401,6	7,0%

Nota: A redução significativa dos resíduos produzidos face a 2019 está associada aos resíduos urbanos encaminhados nas instalações Grande Produtor de Resíduos e justifica-se pelo facto de a metodologia de pesagem pelo operador que realizou a gestão de resíduos neste ano (baseada no peso real) ser distinta da metodologia usada pelos operadores usados nos anos anteriores (baseada no número de contentores recolhidos).

A compilação dos dados foi realizada com base no MIRR – Mapa Integrado de Registo de Resíduos, relato anual da produção de resíduos à Agência Portuguesa de Ambiente.

Nas instalações equiparadas a produtores domésticos não existem dados disponíveis sobre a quantidade de resíduos produzida, por indisponibilidade de informação dos serviços municipalizados de limpeza urbana. Por essa razão, as instalações da SCML com produção de resíduos urbanos equiparados a domésticos não estão incluídas no indicador 306-3. Em 2020, utilizou-se uma metodologia de cálculo por estimativa (e cujos dados foram reportados de forma individualizada no Relatório de Sustentabilidade desse ano) – tendo em consideração o número de contentores, volumetria e periodicidade de recolha – a qual se optou por não dar continuidade no presente ano, devido à incerteza associada aos cálculos. Deste modo, foram excluídos do presente relato os valores anteriormente estimados de papel e cartão, embalagens de plástico e metal, vidro, resíduos orgânicos e indiferenciados.

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

306-4 Resíduos não destinados para deposição final

Cap. 6.1. Otimizar a utilização dos recursos naturais

Resíduos perigosos destinados a operações de valorização (toneladas)	2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Outras tipologias de resíduos perigosos (inclui 21 códigos LER diferentes)	8,2	15,8	8,2	-48,3%
Resíduos não perigosos destinados a operações de valorização (toneladas)	2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Papel/cartão	53,8	22,4	36,9	64,8%
Plástico/metálico	26,8	9,0	12,3	37,7%
Vidro	9,9	2,3	0,8	-63,9%
Orgânicos	391,7	12,3	14,3	16,1%
Indiferenciados	134,0	113,7	127,9	12,5%
Outras tipologias de resíduos não perigosos (inclui 24 códigos LER diferentes)	510,7	486,7	382,5	-21,4%
Total	1 127,0	646,3	574,8	-11,1%

Pág. 101

Resíduos perigosos destinados a operações de valorização (toneladas)		2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Preparação para reutilização (R2, R6, R9)	Onsite	0,0	0,0	0,0	0,0%
	Offsite	0,0	0,0	0,1	-
	Subtotal	0,0	0,0	0,1	-
Outras operações de valorização (R7, R8, R10, R11, R12, R13)	Onsite	0,0	0,0	0,0	0,0%
	Offsite	8,2	15,8	8,1	-48,7%
	Subtotal	8,2	15,8	8,1	-48,7%
Total	Onsite	0,0	0,0	0,0	0,0%
	Offsite	8,2	15,8	8,2	-48,2%
	Total	8,2	15,8	8,2	-48,2%

Resíduos não perigosos destinados a operações de valorização (toneladas)		2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Preparação para reutilização (R2, R6, R9)	Onsite	0,0	0,0	0,0	0,0%
	Offsite	0,0	0,0	0,0	0,0%
	Subtotal	0,0	0,0	0,0	0,0%
Reciclagem (R3, R4, R5)	Onsite	0,0	0,0	0,0	0,0%
	Offsite	303,1	0,0	63,7	-
	Subtotal	303,1	0,0	63,7	-
Outras operações de valorização (R7, R8, R10, R11, R12, R13)	Onsite	0,0	0,0	0,0	0,0%
	Offsite	823,9	646,3	511,1	-20,9%
	Subtotal	823,9	646,3	511,1	-20,9%
Total	Onsite	0,0	0,0	0,0	0,0%
	Offsite	1 127,0	646,3	574,8	-11,1%
	Total	1 127,0	646,3	574,8	-11,1%

Nota: Ver notas metodológicas relativas ao indicador GRI 306-3 Resíduos gerados.

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

306-5 Resíduos destinados para deposição final

Cap. 6.1. Otimizar a utilização dos recursos naturais

Resíduos perigosos destinados a operações de eliminação (toneladas)	2019	2020	2021	Variação 2021/2020
Hospitalares	98,9	254,8	193,3	-24,1%
Outras tipologias de resíduos perigosos	1,9	0,5	0,5	-10,1%
Total	100,9	255,3	193,7	-24,1%

Resíduos não perigosos destinados a operações de eliminação (toneladas)	2019	2020	2021	Variação 2021/2020
Indiferenciados	611,0	356,4	334,9	-6,0%
Outras tipologias de resíduos não perigosos (inclui 24 códigos LER diferentes)	32,1	19,1	66,6	249,7%
Total	643,0	375,4	401,6	7,0%

Resíduos perigosos destinados a operações de eliminação (toneladas)	2019	2020	2021	Variação 2021/2020	
Incineração sem recuperação de energia (D10, D11)	<i>Onsite</i>	0,0	0,0	0,0%	
	<i>Offsite</i>	0,0	40,7	11,0	-73,0%
	Subtotal	0,0	40,7	11,0	-73,0%
Outras operações de eliminação (D2 a D4, D6 a D9, D12 a D15)	<i>Onsite</i>	0,0	0,0	0,0%	
	<i>Offsite</i>	100,9	214,6	182,4	-15,0%
	Subtotal	100,9	214,6	182,4	-15,0%
Total	<i>Onsite</i>	0,0	0,0	0,0%	
	<i>Offsite</i>	100,9	255,3	193,3	-24,3%
	Total	100,9	255,3	193,3	-24,3%

Pág. 101

Resíduos não perigosos destinados a operações de eliminação (toneladas)		2019	2020	2021	Variação 2021/2020
Incineração sem recuperação de energia (D10, D11)	<i>Onsite</i>	0,0	0,0	0,0	0,0%
	<i>Offsite</i>	348,2	0,0	0,0	0,0%
	Subtotal	348,2	0,0	0,0	0,0%
Confinamento em aterro (D1, D5)	<i>Onsite</i>	0,0	0,0	0,0	0,0%
	<i>Offsite</i>	0,0	356,4	354,2	-0,6%
	Subtotal	0,0	356,4	354,2	-0,6%
Outras operações de eliminação (D2 a D4, D6 a D9, D12 a D15)	<i>Onsite</i>	0,0	0,0	0,0	0,0%
	<i>Offsite</i>	294,8	19,1	47,3	148,4%
	Subtotal	294,8	19,1	47,3	148,4%
Total	<i>Onsite</i>	0,0	0,0	0,0	0,0%
	<i>Offsite</i>	643,0	375,4	401,6	7,0%
	Total	643,0	375,4	401,6	7,0%

Nota: Ver notas metodológicas relativas ao indicador GRI 306-3 Resíduos gerados.



GRI 307: CONFORMIDADE AMBIENTAL

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

307-1 Não-conformidade com leis e regulamentos ambientais

Não foram registadas não conformidades relativas a leis e/ou regulamentos ambientais durante o período de relato.

GRI 308: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

Tendo em conta a reorganização dos serviços de aprovisionamento que decorreu na SCML nos anos de 2019 e 2020, a informação quantitativa solicitada não está disponível. Por referência ao ano de 2021, o tratamento dessa informação ainda não está concluído. Não obstante, é possível identificar as principais áreas que aplicaram critérios ambientais, não como critérios de adjudicação, mas enquanto condições de cumprimento obrigatório pelos adjudicatários, previstas nos respetivos Cadernos de Encargos: aquisição e aluguer de veículos automóveis, tratamento de roupa, palamenta descartável, material elétrico, produtos de limpeza, entre outras.

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

NORMAS ESPECÍFICAS

TÓPICOS
SOCIAISGRI 401:
EMPREGO

Referente à norma publicada em 2016

401-1 Novas contratações e rotatividade de colaboradores

Nº total de entradas e saídas, por género	2019		2020		2021		Variação 2021/2020	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Homens	157	66	464	355	88	81	-81,0%	-77,2%
Mulheres	1 017	282	89	61	419	358	370,8%	486,9%
Total de Entradas e Saídas	1 174	348	553	416	507	439	-8,3%	5,5%

Porcentagem de entradas e saídas, por género	2019		2020		2021	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Homens	11,0%	5,0%	31,8%	24,3%	6,0%	5,5%
Mulheres	22,0%	6,0%	1,9%	1,3%	8,8%	7,6%
Total de Entradas e Saídas	20,0%	6,0%	9,0%	6,8%	8,2%	7,1%

LOCALIZAÇÃO



102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

Nº total de entradas e saídas, por grupo etário	2019		2020		2021		Variação 2021/2020	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Com menos de 30 anos	188	59	126	64	99	64	-21,4%	0,0%
Entre os 30 e os 50 anos	668	186	320	194	332	225	3,8%	16,0%
Com mais de 50 anos	318	103	107	158	76	150	-29,0%	-5,1%
Total de Entradas e Saídas	1 174	348	553	416	507	439	-8,3%	5,5%

Porcentagem de entradas e saídas, por grupo etário	2019		2020		2021	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Com menos de 30 anos	44,0%	14,0%	30,7%	15,6%	27,0%	17,4%
Entre os 30 e os 50 anos	20,0%	6,0%	9,3%	5,7%	9,6%	6,5%
Com mais de 50 anos	14,0%	6,0%	4,7%	6,9%	3,2%	6,3%
Total de Entradas e Saídas	20,0%	6,0%	9,0%	6,8%	8,2%	7,1%

Nota 1: Os dados reportam-se ao número de colaboradores existentes à data de 31 de dezembro de cada ano.

Nota 2: Os dados de 2020 referentes à percentagem de entradas e saídas por género foram corrigidos face ao ano anterior.

401-2 Benefícios de colaboradores a tempo inteiro, que não são atribuídos a colaboradores temporários ou a tempo parcial

Cap. 5.1. Investir nas nossas pessoas

Pág. 73

Entre os benefícios atribuídos a colaboradores a tempo inteiro destacam-se os seguintes :

Saúde

Seguro de saúde	Seguro de saúde que cobre hospitalizações, assistência ambulatoria, rede bem-estar, assistência ao domicílio e assistência em viagem. Abrange todos os colaboradores com contrato sem termo.
Subsídio de complemento de medicamentos e despesas de saúde	Comparticipação de despesas com medicamentos em casos de doença crónica comprovada, atos médicos e meios complementares de diagnóstico mediante avaliação do rendimento <i>per capita</i> do agregado familiar. Destinado a todos os colaboradores e colaboradores aposentados/reformados
Consultas de psicologia	Proporciona apoio psicológico num contexto confidencial e imparcial em situação de instabilidade emocional e sofrimento psíquico, para todos os colaboradores e colaboradores aposentados/reformados.

Parentalidade

Frequência de creche e ensino pré-escolar da SCML	Uma parte, cerca de 10%, das vagas em creches, creches familiares e jardins-de-infância da Instituição é destinada a filhos de colaboradores. Existem estabelecimentos que detêm percentagens distintas tendo em conta a proximidade aos serviços centrais, local com maior número de colaboradores.
Subsídio de frequência de creche e ensino pré-escolar	Comparticipação das despesas com as mensalidades dos filhos dos colaboradores em creches, jardins-de-infância ou amas que não pertençam à Misericórdia de Lisboa.
Subsídio de frequência do ensino básico	Destinado a apoiar os colaboradores que tenham descendentes ou equiparados que frequentem estabelecimentos de ensino público, privado ou cooperativo do 1º ao 9º ano de escolaridade.
Subsídio de frequência do ensino especial	Destinado a apoiar os colaboradores que tenham descendentes ou equiparados menores de 18 anos que frequentem o ensino especial.
Subsídio de atividades de férias de crianças	Comparticipação excecional para frequência de atividades de ocupação de tempos livres aos filhos de colaboradores com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos.

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

Outros apoios	
Subsídio de formação complementar por iniciativa do/a colaborador/a	Apoio sob a forma de bolsa de estudo, não reembolsável, para comparticipação dos encargos com a realização de um curso ou de um estágio profissional de caráter obrigatório, destinado a todos os colaboradores.
Complemento de pensão mínima para colaboradores reformados e pensionistas	Apoio destinado a garantir que colaboradores reformados/aposentados não recebem uma pensão inferior ao salário mínimo nacional.
Subsídios eventuais reembolsáveis	Apoio pecuniário, disponibilizado a título reembolsável (total ou parcialmente) a colaboradores afetados por situações temporárias de carência de meios, através de resposta personalizada, em contexto de Atendimento Social.
Subsídios eventuais não reembolsáveis	Apoio pecuniário, disponibilizado a título não reembolsável, através de resposta personalizada, em contexto de Atendimento Social, a colaboradores afetados por situações temporárias de carência de meios.

401-3 Licença Parental

Licença parental		2019	2020	2021
Nº de colaboradores com direito a licença parental	Homens	57	72	60
	Mulheres	230	198	198
	Subtotal	287	270	258
Nº de colaboradores que regressaram ao trabalho após licença parental	Homens	55	72	58
	Mulheres	227	195	184
	Subtotal	282	267	242
Nº de colaboradores que regressaram ao trabalho e permanecem na empresa após 12 meses	Homens	59	53	72
	Mulheres	175	214	187
	Subtotal	234	267	259

Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença de maternidade/paternidade		2019	2020	2021
Taxa de retorno ao trabalho (após a licença)	Homens	96%	100%	97%
	Mulheres	99%	98%	93%
	Subtotal	98%	99%	94%
Taxa de retenção (12 meses depois de terem retornado ao trabalho após a licença)	Homens	92%	96%	100%
	Mulheres	98%	94%	96%
	Subtotal	96%	95%	97%

Nota: As taxas de retorno ao trabalho e de retenção de colaboradores que tiraram licença de maternidade/paternidade são calculadas com base no número total de licenças por parentalidade iniciadas no ano de reporte e no número de licenças por parentalidade terminadas (que se traduzem no regresso ao trabalho) no ano de reporte.

GRI 402:
RELAÇÕES DE TRABALHO

Referente à norma publicada em 2016

402-1 Prazos mínimos de aviso prévio em relação a mudanças operacionais

Antes da implementação de mudanças operacionais relevantes que possam afetar colaboradores e seus representantes, a SCML concede, no mínimo, entre uma a quatro semanas, como aviso prévio. De referir que a SCML observa as normas legais aplicáveis relativas à mobilidade geográfica e à transferência temporária de trabalhadores previstas no Código do Trabalho (CT). Nesse sentido, nos termos do nº 1 do artº 196º do CT, “O empregador deve comunicar a transferência ao trabalhador, por escrito, com oito ou 30 dias de antecedência, consoante esta seja temporária ou definitiva.”

LOCALIZAÇÃO

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃOGRI 403:
SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2018

403-1 Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho

As atividades realizadas no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho na SCML decorrem do cumprimento da legislação nacional, nomeadamente da Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, da Lei 102/2009, de 10 de setembro e da Lei 3/2014, de 28 de janeiro.

Dentro da Instituição, as responsabilidades neste âmbito estão divididas por duas áreas orgânicas: a identificação de perigos, avaliação e controlo de riscos encontra-se sob responsabilidade do Núcleo de Segurança no Trabalho e de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (NSTSCIE) e a vigilância da saúde sob responsabilidade do Núcleo de Saúde Ocupacional.

Neste âmbito, estão excluídos os trabalhadores de empresas externas, as quais são responsáveis pela segurança e saúde no trabalho dos seus próprios trabalhadores (ex. empresas prestadoras de serviços externos, limpeza, construção, refeições, entre outras). Contudo, sempre que existam fatores de risco ou condições perigosas ou inseguras que possam colocar em risco a segurança e saúde desses trabalhadores, estes são incluídos nos planos de prevenção e ações de proteção implementadas.

403-2 Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes

Cap. 5.2. Cuidar das nossas pessoas

O Núcleo de Segurança no Trabalho e de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (NSTSCIE) tem como principal missão o processo de identificação de perigos e avaliação de riscos profissionais em todas as atividades desenvolvidas na Instituição. Este processo contempla três fases:

1. Identificação de perigos e das condições perigosas
Nesta fase do processo são observadas e avaliadas as condições de trabalho físicas e ambientais, os métodos de trabalho, a existência e/ou exposição a agentes químicos, biológicos e físicos que possam colocar em risco a segurança e a saúde dos colaboradores, bem como as situações perigosas que possam potenciar o risco de incêndios e que coloquem em risco não só a segurança das pessoas, mas também a das instalações e do património institucional. Para que esta fase do processo seja eficaz, os técnicos efetuam auditorias e inspeções de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, utilizando *checklists* com base na legislação em vigor e em boas práticas, por forma a detetar eventuais não conformidades.

2. Avaliação do Risco
Referente aos perigos que não foram possíveis eliminar na primeira fase. O resultado desta avaliação vai determinar o conjunto de medidas de prevenção e/ou de proteção necessárias para proteger a segurança e saúde dos trabalhadores e, assim, reduzir a sinistralidade e o absentismo devido a acidentes de trabalho e doenças relacionadas com o trabalho.
3. Controlo do Risco
Processo conduzido por colaboradores da própria SCML, devidamente acreditados como técnicos especialistas em Segurança no Trabalho, de nível VI e VII, e que cumprem com a competência exigida por lei. Das avaliações aos locais de trabalho resulta a elaboração de relatórios, que identificam “não conformidades” e ações de melhoria, posteriormente acompanhadas pelos seus superiores hierárquicos, por forma a perceber se as medidas propostas estão ou não a ser cumpridas e implementadas. Se a implementação estiver a ser eficaz, irá naturalmente refletir-se num menor número de acidentes de trabalho e de queixas com doenças relacionadas com o trabalho.

São ainda definidas medidas de prevenção de riscos profissionais tendo em consideração a análise e investigação de acidentes de trabalho e doenças profissionais. Deste processo resultam medidas que podem ser de caráter construtivo ou de engenharia (melhorias dos espaços de trabalho); medidas técnicas, com a implementação de boas práticas de trabalho em função da legislação e outras fontes; formação e vigilância da saúde, sempre que um ou mais fatores de risco possam constituir ameaça à saúde ou segurança dos colaboradores.

A identificação/denúncia de situações perigosas faz parte da cultura da Instituição, sendo incentivado que, quer os responsáveis das áreas quer os colaboradores, zelem pelas condições de segurança e relatem/contactem os técnicos de segurança relativamente a quaisquer perigos que existam nos seus locais de trabalho e que possam colocar em risco a sua segurança ou saúde.

Pág. 80

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

403-3 Serviços de saúde no trabalho

Cap. 5.2. Cuidar das nossas pessoas

A SCML promove a aplicação de medidas de prevenção, vigilância e acompanhamento em saúde, nos termos da legislação aplicável para a saúde ocupacional, assegurando serviços de Medicina no Trabalho, através de exames médicos de admissão, periódicos e ocasionais, em função dos riscos a que estão expostos os colaboradores, nos termos das disposições legais em vigor, bem como, de programas específicos e direcionados para a saúde e bem-estar dos colaboradores (vacinação, nutrição, entre outros).

São ainda atribuições do Núcleo de Saúde Ocupacional:

- Identificar e avaliar os riscos para a saúde no trabalho, procedendo ao controlo periódico da aplicação e adequabilidade das medidas preconizadas;
- Promover, em conjunto com a área da segurança e em articulação com todos os serviços, condições de trabalho que garantam a saúde e segurança dos colaboradores assim como a sua integridade física, mental e social;
- Informar e assegurar a formação e sensibilização dos colaboradores na compreensão dos riscos profissionais de saúde a que estão expostos;
- Planear e elaborar o programa de prevenção de riscos profissionais em saúde;
- Registar e analisar os acidentes de trabalho, em articulação com outros departamentos, serviços e estabelecimentos;
- Analisar as doenças profissionais.

Pág. 80

403-4 Envolvimento do colaborador na participação, consulta e comunicação sobre saúde e segurança no trabalho

De entre os instrumentos utilizados, destacam-se os seguintes: consulta anual aos colaboradores sobre os serviços de Segurança e Saúde no Trabalho; circulares informativas sobre campanhas, ações formativas ou informativas; circulares informativas sobre matérias de âmbito geral de Segurança e Saúde no Trabalho e elaboração de manuais técnicos.

403-5 Formação dada aos trabalhadores sobre segurança e saúde no trabalho

Cap. 5.2. Cuidar das nossas pessoas

A SCML avalia as necessidades de formação no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho essencialmente por duas vias:

- Através dos resultados das avaliações de riscos aos locais de trabalho e em função dos riscos a que os colaboradores estão expostos;
- Através da análise anual de acidentes de trabalho, essencialmente no que se refere à sua tipologia, forma e causas.

Consequentemente, a Instituição desenvolve um plano de formação em que disponibiliza à sua comunidade interna um conjunto de programas de formação em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho que vai ao encontro dos fatores de risco a que os colaboradores estão expostos e também do tipo de acidentes de trabalho mais graves ocorridos.

Pág. 80

403-6 Promoção de saúde do colaborador

Cap. 5.2. Cuidar das nossas pessoas

A SCML promove a vigilância da saúde das suas pessoas, facultando a todas o acesso às consultas de Medicina no Trabalho, de acordo com a legislação em vigor. Realiza ainda programas de promoção para a saúde, jornadas de saúde e jornadas de segurança.

Os colaboradores podem ainda usufruir dos diversos serviços de saúde da própria Instituição, tendo acesso a consultas de medicina geral e familiar, ortopedia, dermatologia, oftalmologia, psiquiatria, cardiologia, enfermagem, estomatologia, psicologia, reumatologia, fisioterapia, entre outras.

Para complementar a sua ação na área da promoção da saúde, a SCML disponibiliza também um seguro de saúde aos seus colaboradores com contrato de trabalho sem termo, que lhes permite aceder a uma vasta rede de serviços de saúde e especialistas (ver indicador GRI 401-2).

Pág. 80

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

403-7 Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança no trabalho atribuíveis a relações comerciais

A SCML assegura formação e contempla, nos planos de prevenção e ações de proteção, os prestadores de serviço que atuam em nome da SCML.

No que diz respeito a trabalhadores de empresas externas que exercem atividade nas instalações da SCML, a responsabilidade pela própria segurança e saúde no trabalho dos seus trabalhadores é das próprias empresas adjudicatárias (ex. empresas prestadoras de serviços externos, limpeza, construção, refeições, entre outras). Contudo, sempre que existam fatores de risco, condições perigosas ou inseguras que possam colocar em risco a segurança saúde destes trabalhadores, estes são incluídos nos planos de prevenção e ações de proteção que sejam implementadas.

403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho

Nº e percentagem de colaboradores e outros trabalhadores que estão abrangidos por um sistema de gestão	2020						2021					
	Colaboradores		Outros trabalhadores		Total		Colaboradores		Outros trabalhadores		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cobertura por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho	6 136	100%	103	100%	6 239	100%	6 204	100%	86	100%	6 290	100%
Cobertura por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho auditado internamente	1 511	25%	28	27%	1 539	25%	287	5%	0	0%	287	5%
Cobertura por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho auditado ou certificado por uma entidade externa	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

As auditorias aos postos de trabalho são realizadas com base em metodologias de avaliação de riscos profissionais, em concreto através do Método Simplificado, MARAT (Metodologia de Avaliação de Riscos e Acidentes de Trabalho) e respeitando todos os diplomas legais em vigor na área de Segurança e Saúde no Trabalho.

Foram excluídos os trabalhadores de empresas externas cujas empresas sejam responsáveis pela própria segurança e saúde no trabalho dos seus trabalhadores (ex. empresas prestadoras de serviços externos, limpeza, construção, refeições, entre outras). Contudo, sempre que existam fatores de risco, condições perigosas ou inseguras que possam colocar em risco a segurança e saúde destes trabalhadores, os mesmos são incluídos nos planos de prevenção e ações de proteção que sejam implementadas.



403-9 Acidentes de trabalho

Cap. 5.2. Cuidar das nossas pessoas

Pág. 80

Acidentes de trabalho		2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Nº total de	Óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	0	0	0,0%
	Acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	1	3	5	66,7%
	Acidentes de trabalho	463	340	398	17,1%
Horas trabalhadas		10 188 777	10 473 840	8 892 209	-
Rácio de	Óbitos resultantes de acidentes de trabalho	-	-	-	-
	Acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,02	0,06	0,11	83,3%
	Acidentes de trabalho	9,09	6,49	8,95	37,9%
Fator de normalização do nº de horas trabalhadas		200 000			

Nota: Dados referentes a colaboradores próprios da SCML, não inclui as pessoas contratadas que trabalham em nome da Instituição (tais como determinadas amas ajudantes familiares, juristas, médicos, enfermeiros, entre outros).

Nas atividades desenvolvidas pela SCML, são vários os fatores de risco associados, nomeadamente:

- O uso excessivo de equipamentos dotados de visor e posturas de trabalho incorretas com consequentes lesões músculo-esqueléticas. No caso das posturas incorretas, existem outras atividades em que são tidas posturas extremas e até realizados esforços excessivos, como o caso de médicos dentistas, equipas de manutenção, atividades de apoio à geriatria nos equipamentos e apoio à comunidade, auxiliares de ação médica, enfermeiros, fisioterapeutas, educadores e auxiliares de infância, terapeutas ocupacionais, apoio a indivíduos com deficiência, entre outros;
- A deficiente iluminação dos espaços, associada à má conceção da iluminação e respetiva utilização incorreta por parte das pessoas;
- O deficiente conforto térmico e ventilação, sendo que muitos dos trabalhadores estão expostos a temperaturas extremas de calor (cozinhas, atividades no exterior, lavandarias, entre outros), mas também de frio (blocos operatórios, atividades no exterior, lavandarias, entre outros);
- A movimentação manual de cargas e a mobilização e transferência de utentes, com consequentes fraturas e lesões músculo-esqueléticas;

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

- A presença de agentes biológicos (bactérias, vírus, fungos, parasitas, entre outros) no contacto com utentes com patologias não controladas, higienização de utentes, unidades de saúde, entre outros, podem despoletar doenças e infeções ou agravar determinadas situações patológicas;
- A utilização de equipamentos de trabalho cortantes, pontiagudos, de corte, acionados eletricamente, equipamentos a gás, entre outros, pode despoletar algumas situações de perigo que podem provocar dano ou lesão ao/à colaborador/a;
- O uso incorreto dos Equipamentos de Proteção Individual;
- A utilização de equipamentos elétricos e de instalações antigas, mal concebidas, com falta de manutenção;
- A realização de procedimentos no âmbito da segurança contra incêndios e explosão;
- O desrespeito pela sinalização de Segurança;
- Desrespeito pelas regras em trabalhos de construção e engenharia civil, na presença de colaboradores e utentes da SCML;
- O manuseamento, utilização e armazenamento de substâncias químicas perigosas;
- A presença de ruído, acima dos limites estipulados na lei;
- A presença de vibrações, principalmente associadas à condução de veículos (motoristas) e algumas máquinas;
- A presença de radiações ionizantes (Rx), que abrange tanto os colaboradores que trabalham em unidades de saúde com essa valência, como os que acompanham utentes a unidades externas para fazerem RX;
- A presença de radiações não ionizantes (sol) em trabalhos de exterior, como quintas, hortas e jardins;
- Os riscos psicossociais e organizacionais, principalmente associados a situações de violência por parte dos utentes, *stress*, cansaço, escalas de trabalho, falta de pessoas para reforço das equipas, turnos, entre outros.

403-10 Doenças profissionais

Cap. 5.2. Cuidar das nossas pessoas

Pág. 80

Doenças profissionais		2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Nº total de	Óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	0	0	0,0%
	Casos de doenças ocupacionais registados	1	7	3	-57,1%

Nota: Dados referentes a colaboradores próprios da SCML, não inclui as pessoas contratadas que trabalham em nome da Instituição (tais como determinadas amas ajudantes familiares, juristas, médicos, enfermeiros, entre outros).

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃOGRI 404:
CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

404-1 Média de horas de formação anual por colaborador

Cap. 5.1. Investir nas nossas pessoas

Pág. 73

Formação por categoria funcional e género	2019		2020		2021		Variação 2021/2020	
	Nº de horas de formação	Média de horas de formação	Nº de horas de formação	Média de horas de formação	Nº de horas de formação	Média de horas de formação		
Dirigente	Homens	2 486,0	18,4	621,5	4,3	1 822,5	12,3	193,2%
	Mulheres	5 542,5	27,7	1 721,5	8,5	2 780,3	14,0	61,5%
	Subtotal	8 028,5	24,0	2 343,0	6,7	4 602,8	13,3	96,4%
Diretor de Equipamento	Homens	945,5	94,6	177,5	16,1	344,5	26,5	94,1%
	Mulheres	7 010,0	70,1	1 030,5	10,7	1 839,5	18,6	78,5%
	Subtotal	7 955,5	72,3	1 208,0	11,3	2 184,0	19,5	80,8%
Chefia Direta	Homens	642,5	19,5	210,5	6,4	325,0	9,8	54,4%
	Mulheres	1 518,5	20,8	511,0	7,5	1 041,0	15,1	103,7%
	Subtotal	2 161,0	20,4	721,5	7,1	1 366,0	13,4	89,3%
Técnico Superior	Homens	8 119,0	19,1	4 539,0	9,2	6 769,5	16,2	49,1%
	Mulheres	32 631,4	23,5	19 263,3	13,0	35 474,3	28,2	84,2%
	Subtotal	40 750,4	22,5	23 802,3	12,0	42 243,8	25,2	77,5%
Técnico	Homens	1 956,0	17,8	211,0	5,7	26,0	0,2	-87,7%
	Mulheres	12 736,8	36,9	3 415,1	11,0	315,5	0,5	-90,8%
	Subtotal	14 692,8	32,3	3 626,1	10,4	341,5	0,5	-90,6%
Técnico Profissional	Homens	1 199,5	8,4	469,5	3,2	1 239,3	8,6	164,0%
	Mulheres	11 286,8	19,7	4 698,0	8,2	9 931,3	17,5	111,4%
	Subtotal	12 486,3	17,5	5 167,5	7,2	11 170,5	15,7	116,2%

Formação por categoria funcional e género	2019		2020		2021		Variação 2021/2020	
	Nº de horas de formação	Média de horas de formação	Nº de horas de formação	Média de horas de formação	Nº de horas de formação	Média de horas de formação		
Administrativo	Homens	1 271,0	9,5	461,00	3,3	0,0	-	-100,0%
	Mulheres	4 045,5	10,7	1 699,5	4,7	0,0	-	-100,0%
	Subtotal	5 316,5	10,4	2 160,5	4,3	0,0	-	-100,0%
Operário	Homens	1 590,5	39,8	71,0	0,4	78,0	0,4	9,9%
	Mulheres	128,0	64,0	63,0	4,2	0,0	-	-100,0%
	Subtotal	1 718,5	40,9	134,0	0,6	78,0	0,4	-41,8%
Auxiliar	Homens	1 355,0	3,4	122,0	0,5	1 656,0	6,3	1 257,4%
	Mulheres	10 062,5	6,7	1 126,5	0,7	8 603,0	5,5	663,7%
	Subtotal	11 417,5	6,0	1 248,5	0,7	10 259,0	5,6	721,7%
Total	Homens	19 565,0	13,7	6 883,0	4,7	12 260,8	8,4	78,1%
	Mulheres	84 962,0	18,6	33 528,4	7,2	59 984,8	12,7	78,9%
	Total	104 527,0	17,4	40 411,4	6,6	72 245,5	11,6	78,8%

Formação por categoria funcional e género	2019		2020		2021		Variação 2021/2020	
	Nº de horas de formação	Média de horas de formação	Nº de horas de formação	Média de horas de formação	Nº de horas de formação	Média de horas de formação		
Prestador de Serviços	Homens	19,5	0,7	31,5	1,6	106,5	6,3	238,1%
	Mulheres	524,0	4,7	117,5	1,4	556,5	8,1	373,6%
	Total	543,5	3,9	149,0	1,4	663,0	7,7	345,0%

Nota 1: Os valores referentes ao ano de 2020 foram corrigidos face ao relato anterior devido a retificações de alguns dados, nomeadamente no que diz respeito à distribuição por género e a reformulações de cálculo.

Nota 2: Os dados referentes aos prestadores de serviços referem-se a pessoas contratadas pela SCML que trabalham em nome da Instituição (tais como determinadas amas e ajudantes familiares, juristas, médicos, enfermeiros, entre outros).

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

404-2 Programas para desenvolvimento de competências e gestão do fim da carreira

Tipo de ação de formação para o desenvolvimento de competências	Âmbito da ação	Nº de colaboradores
Ações internas	Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	615
	Desenvolvimento pessoal	605
	Informática na ótica do utilizador	597
	Segurança e Higiene no Trabalho	393
	Saúde (Programas transversais)	335
	Trabalho Social e Orientação	296

A SCML não possui um programa estruturado de transição para colaboradores em final de carreira ou que foram dispensados.

404-3 Percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira

Percentagem de colaboradores que receberam uma análise de desempenho e de desenvolvimento da carreira		2019	2020	2021
Dirigente	Homens	80%	100%	100%
	Mulheres	80%	100%	100%
	Subtotal	80%	100%	100%
Diretor de Equipamento	Homens	100%	100%	100%
	Mulheres	79%	100%	100%
	Subtotal	81%	100%	100%
Chefia Direta	Homens	84%	100%	100%
	Mulheres	85%	100%	100%
	Subtotal	85%	100%	100%
Técnico Superior	Homens	86%	100%	100%
	Mulheres	89%	100%	100%
	Subtotal	88%	100%	100%

Percentagem de colaboradores que receberam uma análise de desempenho e de desenvolvimento da carreira		2019	2020	2021
Técnico	Homens	88%	100%	100%
	Mulheres	82%	100%	100%
	Subtotal	83%	100%	100%
Técnico Profissional	Homens	93%	100%	100%
	Mulheres	86%	100%	100%
	Subtotal	88%	100%	100%
Administrativo	Homens	91%	100%	100%
	Mulheres	94%	100%	100%
	Subtotal	93%	100%	100%
Operário	Homens	83%	100%	100%
	Mulheres	67%	100%	100%
	Subtotal	80%	100%	100%
Auxiliar	Homens	83%	100%	100%
	Mulheres	75%	100%	100%
	Subtotal	76%	100%	100%
Total	Homens	86%	100%	100%
	Mulheres	83%	100%	100%
	Total	84%	100%	100%

A avaliação dos colaboradores é habitualmente realizada anualmente, no âmbito do Sistema de Avaliação do Desempenho (SGAD). Contudo, devido à situação pandémica, o processo interno de avaliação de desempenho, nos últimos dois anos, foi administrativo e apenas qualitativo, englobando todos os colaboradores ativos e elegíveis, tendo sido mantida a última avaliação qualitativa atribuída ao abrigo do SGAD. Nos casos em que não existia avaliação prévia, a avaliação final atribuída foi correspondente a “Desempenho adequado” e, nos casos em que a última avaliação tinha sido “Desempenho inadequado” ou “Desempenho excelente”, a avaliação final atribuída foi a correspondente a “Desempenho adequado” e “Desempenho relevante”, respetivamente.

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃOGRI 405:
DIVERSIDADE E IGUALDADE
DE OPORTUNIDADES

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

405-1 Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores

Cap. 5.3. Enraizar uma cultura de diversidade e inclusão

Pág. 88

Nº de colaboradores por categoria funcional e género		2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Dirigente	Homens	135	145	148	2,1%
	Mulheres	200	203	199	-2,0%
Diretor de Equipamento	Homens	10	11	13	18,2%
	Mulheres	100	96	99	3,1%
Chefia Direta	Homens	33	33	33	0,0%
	Mulheres	73	68	69	1,5%
Técnico Superior	Homens	425	493	418	-15,2%
	Mulheres	1 387	1 483	1 257	-15,2%
Técnico	Homens	110	37	127	243,2%
	Mulheres	345	310	601	93,9%
Técnico Profissional	Homens	143	147	144	-2,0%
	Mulheres	572	574	568	-1,0%
Administrativo	Homens	134	138	134	-2,9%
	Mulheres	379	362	363	0,3%
Operário	Homens	40	193	188	-2,6%
	Mulheres	2	15	13	-13,3%
Auxiliar	Homens	401	262	261	-0,4%
	Mulheres	1 510	1 566	1 569	0,2%
Total	Homens	1 431	1 459	1 466	0,5%
	Mulheres	4 568	4 677	4 738	1,3%

Percentagem de colaboradores por categoria funcional e género		2019	2020	2021
Dirigente	Homens	40,3%	41,7%	42,7%
	Mulheres	59,7%	58,3%	57,3%
Diretor de Equipamento	Homens	9,1%	10,3%	11,6%
	Mulheres	90,9%	89,7%	88,4%
Chefia Direta	Homens	31,1%	32,7%	32,4%
	Mulheres	68,9%	67,3%	67,6%
Técnico Superior	Homens	23,5%	24,9%	25,0%
	Mulheres	76,5%	75,1%	75,0%
Técnico	Homens	24,2%	10,7%	17,4%
	Mulheres	75,8%	89,3%	82,6%
Técnico Profissional	Homens	20,0%	20,4%	20,2%
	Mulheres	80,0%	79,6%	79,8%
Administrativo	Homens	26,1%	27,6%	27,0%
	Mulheres	73,9%	72,4%	73,0%
Operário	Homens	95,2%	92,8%	93,5%
	Mulheres	4,8%	7,2%	6,5%
Auxiliar	Homens	21,0%	14,3%	14,3%
	Mulheres	79,0%	85,7%	85,7%
Total	Homens	23,9%	23,8%	23,6%
	Mulheres	76,1%	76,2%	76,4%

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

Nº de colaboradores por categoria funcional e idade		2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Dirigente	< 30 anos	2	2	2	0,0%
	30-50 anos	202	205	199	-2,9%
	> 50 anos	131	141	146	3,5%
Diretor de Equipamento	< 30 anos	1	0	0	-
	30-50 anos	67	62	64	3,2%
	> 50 anos	42	45	48	6,7%
Chefia Direta	< 30 anos	0	1	0	-100,0%
	30-50 anos	52	49	49	0,0%
	> 50 anos	54	51	53	3,9%
Técnico Superior	< 30 anos	158	201	130	-35,3%
	30-50 anos	1 267	1 403	1 190	-15,2%
	> 50 anos	387	372	355	-4,6%
Técnico	< 30 anos	81	3	50	1 566,7%
	30-50 anos	275	202	485	140,1%
	> 50 anos	99	142	193	35,9%
Técnico Profissional	< 30 anos	80	87	79	-9,2%
	30-50 anos	411	414	403	-2,7%
	> 50 anos	224	220	230	4,5%
Administrativo	< 30 anos	22	18	12	-33,3%
	30-50 anos	237	216	209	-3,2%
	> 50 anos	254	266	276	3,8%
Operário	< 30 anos	0	7	4	-42,9%
	30-50 anos	5	72	68	-5,6%
	> 50 anos	37	129	129	0,0%
Auxiliar	< 30 anos	88	92	90	-2,2%
	30-50 anos	846	805	805	0,0%
	> 50 anos	977	931	935	0,4%
Total	< 30 anos	432	411	367	-10,7%
	30-50 anos	3 362	3 428	3 472	1,3%
	> 50 anos	2 205	2 297	2 365	3,0%

Percentagem de colaboradores por categoria funcional e idade		2019	2020	2021
Dirigente	< 30 anos	0,6%	0,6%	0,6%
	30-50 anos	60,3%	58,9%	57,3%
	> 50 anos	39,1%	40,5%	42,1%
Diretor de Equipamento	< 30 anos	0,9%	0,0%	0,0%
	30-50 anos	60,9%	57,9%	57,1%
	> 50 anos	38,2%	42,1%	42,9%
Chefia Direta	< 30 anos	0,0%	1,0%	0,0%
	30-50 anos	49,1%	48,5%	48,0%
	> 50 anos	50,9%	50,5%	52,0%
Técnico Superior	< 30 anos	8,7%	10,2%	7,8%
	30-50 anos	69,9%	71,0%	71,0%
	> 50 anos	21,4%	18,8%	21,2%
Técnico	< 30 anos	17,8%	0,9%	6,9%
	30-50 anos	60,4%	58,2%	66,6%
	> 50 anos	21,8%	40,9%	26,5%
Técnico Profissional	< 30 anos	11,2%	12,1%	11,1%
	30-50 anos	57,5%	57,4%	56,6%
	> 50 anos	31,3%	30,5%	32,3%
Administrativo	< 30 anos	4,3%	3,6%	2,4%
	30-50 anos	46,2%	43,2%	42,1%
	> 50 anos	49,5%	53,2%	55,5%
Operário	< 30 anos	0,0%	3,4%	2,0%
	30-50 anos	11,9%	34,6%	33,8%
	> 50 anos	88,1%	62,0%	64,2%
Auxiliar	< 30 anos	4,6%	5,0%	4,9%
	30-50 anos	44,3%	44,0%	44,0%
	> 50 anos	51,1%	50,9%	51,1%
Total	< 30 anos	7,2%	6,7%	5,9%
	30-50 anos	56,0%	55,9%	56,0%
	> 50 anos	36,8%	37,4%	38,1%

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

Nº de colaboradores por categoria funcional e género		2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Prestador de Serviços	Homens	28	20	17	-15,0%
	Mulheres	111	83	69	-16,9%

Percentagem de colaboradores por categoria funcional e género		2019	2020	2021
Prestador de Serviços	Homens	20,1%	19,4%	19,8%
	Mulheres	79,9%	80,6%	80,2%

Nº de colaboradores por categoria funcional e idade		2019	2020	2021	Varição 2021/2020
Prestador de Serviços	< 30 anos	5	2	0	-100,0%
	30-50 anos	59	34	28	-17,6%
	> 50 anos	75	67	58	-13,4%

Percentagem de colaboradores por categoria funcional e idade		2019	2020	2021
Prestador de Serviços	< 30 anos	3,6%	1,9%	0,0%
	30-50 anos	42,4%	33,0%	32,6%
	> 50 anos	54,0%	65,0%	67,4%

Nota 1: Os dados referentes aos prestadores de serviços referem-se a pessoas que trabalham em nome da SCML, tais como determinadas amas e ajudantes familiares, juristas, médicos, enfermeiros, entre outros.

Nota 2: Alguns dos valores absolutos foram corrigidos face aos reportados no relato anterior.

405-2 Rácio do salário e remuneração entre homens e mulheres

Cap. 5.3. Enraizar uma cultura de diversidade e inclusão

Pág. 88

GRI 406: NÃO DISCRIMINAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

LOCALIZAÇÃO

406-1 Incidentes de discriminação e medidas corretivas tomadas

Cap. 5.3. Enraizar uma cultura de diversidade e inclusão

Pág. 88

GRI 407: LIBERDADE SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Referente à norma publicada em 2016

LOCALIZAÇÃO

407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco

O respeito pelos Direitos Humanos está integrado no Código de Conduta dos Fornecedores da SCML, havendo uma cláusula específica relativa à liberdade de associação e direito à negociação coletiva. A SCML possui gestores de contratos a quem compete realizar o acompanhamento, monitorização e fiscalização da execução dos contratos/adendas aos contratos e são, também, o canal de comunicação para identificação de situações de desrespeito com os pressupostos do Código de Conduta dos Fornecedores, não tendo sido reportados quaisquer casos de operações ou fornecedores em que se tenha verificado incidentes relativos a violações do direito à liberdade sindical e à negociação coletiva.

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃOGRI 408:
TRABALHO INFANTIL

Referente à norma publicada em 2016

408-1 Operações e fornecedores em que se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho infantil

O respeito pelos Direitos Humanos está integrado no Código de Conduta dos Fornecedores da SCML, havendo uma cláusula específica relativa ao trabalho infantil e de menores. A SCML possui gestores de contratos a quem compete realizar o acompanhamento, monitorização e fiscalização da execução dos contratos/adendas aos contratos e são, também, o canal de comunicação para identificação de situações de desrespeito com os pressupostos do Código de Conduta dos Fornecedores, não tendo sido reportados quaisquer casos de operações ou fornecedores em que se tenha verificado incidentes de trabalho infantil.

GRI 409:
TRABALHO FORÇADO
OU ANALOGO AO ESCRAVO

Referente à norma publicada em 2016

409-1 Operações e fornecedores em que se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho escravo ou forçado

O respeito pelos Direitos Humanos está integrado no Código de Conduta dos Fornecedores da SCML, havendo uma cláusula específica relativa ao trabalho forçado. A SCML possui gestores de contratos a quem compete realizar o acompanhamento, monitorização e fiscalização da execução dos contratos/adendas aos contratos e são, também, o canal de comunicação para identificação de situações de desrespeito com os pressupostos do Código de Conduta dos Fornecedores, não tendo sido reportados quaisquer casos de operações ou fornecedores em que se tenha verificado incidentes de trabalho escravo ou forçado.

LOCALIZAÇÃO

LOCALIZAÇÃO

GRI 410:
PRÁTICAS DE SEGURANÇA

Referente à norma publicada em 2016

410-1 Pessoal de segurança com formação nas políticas ou procedimentos de direitos humanos

O pessoal de segurança está sujeito ao Código de Boas Práticas dos Trabalhadores da SCML, sendo o adjudicatário responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, nomeadamente no que concerne à organização do tempo de trabalho, aos direitos e garantias conferidos aos trabalhadores, ressaltando-se os referentes a remuneração, proteção da segurança, saúde e assistência em caso de doença ou acidente de trabalho, nos termos da legislação aplicável, estando obrigado a manter o seu pessoal seguro contra riscos de acidente de trabalho.

O adjudicatário disponibiliza à SCML evidências da formação anual proporcionada aos seus trabalhadores afetos ao contrato, identificando os cursos de formação ministrados e as entidades formadoras, em especial no que concerne à utilização dos meios de primeira e segunda intervenção.

LOCALIZAÇÃO

GRI 412:
AVALIAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Referente à norma publicada em 2016

412-2 Capacitação de colaboradores em políticas ou procedimentos de direitos humanos

Os Direitos Humanos estão formalizados como um dos valores da SCML e o respeito pelos Direitos Humanos está igualmente integrado no Código de Conduta dos Fornecedores da SCML, sendo este disponibilizado a todos os seus fornecedores – de facto ou potenciais – para conhecimento e aceitação.

LOCALIZAÇÃO



GRI 415: POLÍTICAS PÚBLICAS

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

415-1 Contribuições políticas

No âmbito das suas áreas de intervenção, a SCML participa pontualmente em processos de desenvolvimento de políticas públicas. Não faz contribuições monetárias ou em espécie para partidos políticos ou para políticos.

GRI 416: SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança das principais categorias de produtos e serviços

Cap. 7.2. Promover o jogo responsável

Pág. 120

Impactos na saúde e segurança das principais categorias de produtos e serviços	2019	2020	2021
Nº de categorias de produtos e serviços disponibilizados pela organização	7	7	7
Nº de categorias de produtos e serviços em que os impactos de saúde e segurança são avaliados	7	7	7
% de categorias de produtos e serviços em que os impactos de saúde e segurança são avaliados	100%	100%	100%

Neste âmbito, importa realçar que:

- Todos os jogos base são submetidos a uma ferramenta interna de avaliação do impacto social, baseada nos fatores de risco identificados em investigação científica internacionalmente reconhecida e adaptada à realidade nacional;
- Os jogos adicionais (*add-on*) são integrados nos fatores de riscos a avaliar nos jogos base;
- A avaliação global de cada jogo resulta numa classificação de baixo, médio ou alto risco, levando à implementação de medidas de mitigação do risco sempre que este é alto;
- Em nenhum dos diversos jogos do portefólio dos Jogos Santa Casa a avaliação resultou em alto risco.



416-2 Incidentes de não-conformidade referentes a impactos de saúde e segurança de produtos e serviços nos clientes

Incidentes de não-conformidade referentes a impactos de saúde e segurança de produtos e serviços nos clientes	2019	2020	2021
Nº de não conformidades com regulamentos que originaram coimas por parte da entidade reguladora competente	0	0	0
Nº de não conformidades com regulamentos que originaram advertências por parte da entidade reguladora competente	0	0	0
Nº de não conformidades relativamente a códigos voluntários	1	5	-
Nº total de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários	1	5	0

Nota 1: As não-conformidades relativas a códigos voluntários correspondem a não-conformidades resultantes de auditorias externas de certificação em jogo responsável, pela EL – European Lotteries.
 Nota 2: No ano de 2021 não se realizaram auditorias.

GRI 417: MARKETING E ROTULAGEM

LOCALIZAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

417-1 Requisitos para a rotulagem e informação de produtos e serviços

Rotulagem e informação de produtos e serviços	2019	2020	2021
Nº de produtos e serviços abrangidos pelos procedimentos de informação e rotulagem	7	7	7
Nº de produtos e serviços avaliados relativamente aos procedimentos de informação e rotulagem	7	7	7
% de produtos e serviços avaliados relativamente aos procedimentos de informação e rotulagem	100%	100%	100%

417-2 Incidentes de não-conformidade referentes a rotulagem e informação de produtos e serviços

Não foram registados casos de não-conformidades relativas a rotulagem e informação durante o período de relato.

417-3 Incidentes de não-conformidade referentes a comunicações de marketing

Não foram registados casos de não-conformidades relativas a comunicações de marketing durante o período de relato.

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

FONTES DE INFORMAÇÃO



FONTES DE INFORMAÇÃO

A recolha e sistematização dos dados apresentados no Relatório de Sustentabilidade 2021 são da responsabilidade da Unidade de Sustentabilidade, do Departamento da Qualidade e Inovação, com base nos contributos recebidos dos diferentes Departamentos, Direções e Serviços e na informação obtida através dos Relatórios de Gestão e Contas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Jogos Santa Casa.

Indicadores relativos ao perfil da Instituição

Indicadores relativos à governação	Secretaria-Geral Departamento da Qualidade e Inovação
Indicadores relativos à ação social	Departamento de Ação Social e Saúde Unidade de Missão Lisboa, Cidade de Todas as Idades Relatório de Gestão e Contas SCML 2021
Indicadores relativos à cultura	Direção da Cultura Relatório de Gestão e Contas SCML 2021
Indicadores relativos ao empreendedorismo e economia social	Departamento de Empreendedorismo e Economia Social Relatório de Gestão e Contas SCML 2021
Indicadores relativos aos jogos sociais do estado	Departamento de Jogos Relatório de Gestão e Contas Jogos Santa Casa 2021
Indicadores relativos à gestão do património	Departamento de Gestão Imobiliária e Património Relatório de Gestão e Contas SCML 2021
Indicadores relativos à saúde	Direção de Saúde Santa Casa Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão Hospital Ortopédico de Sant'Ana Direção de Cuidados Continuados Integrados Escola Superior de Saúde do Alcoitão Relatório de Gestão e Contas SCML 2021

102
CONTEÚDOS
GERAIS103
ABORDAGEM
DE GESTÃO200
TÓPICOS
ECONÓMICOS300
TÓPICOS
AMBIENTAIS400
TÓPICOS
SOCIAISFONTES
DE INFORMAÇÃO

Indicadores económicos

Indicadores Económicos	Direção Financeira Relatório de Gestão e Contas SCML 2021
------------------------	--

Indicadores ambientais

Energia

Combustíveis para frota automóvel	Fonte dos dados: Unidade de Gestão Operacional da Secretaria-Geral Análise e Tratamento de Dados: Unidade de Sustentabilidade do Departamento da Qualidade e Inovação
Combustíveis para instalações <small>Nesta categoria, são considerados os consumos de combustível líquido para aquecimento – fuelóleo – e combustível para geradores, máquinas e veículos agrícolas – gasolina, gasóleo e agrodiesel.</small>	Fonte dos dados: Direção Financeira Unidade de Gestão Operacional da Secretaria-Geral Análise e Tratamento de Dados: Unidade de Sustentabilidade do Departamento da Qualidade e Inovação
Eletricidade	Fonte de dados: Entidades fornecedoras de energia elétrica Análise e Tratamento de Dados: Unidade de Sustentabilidade do Departamento da Qualidade e Inovação
Gás Natural	Fonte dos dados: Entidades fornecedoras de Gás Natural Análise e Tratamento de Dados: Unidade de Sustentabilidade do Departamento da Qualidade e Inovação
Gás Propano e Gás Butano	Fonte dos dados: Direção Financeira Análise e Tratamento de Dados: Unidade de Sustentabilidade do Departamento da Qualidade e Inovação

Emissões

Âmbito 1 e Âmbito 2	Fonte dos dados: Unidade de Sustentabilidade do Departamento da Qualidade e Inovação Análise e tratamento dos dados: Unidade de Sustentabilidade do Departamento da Qualidade e Inovação
Âmbito 3	Fonte dos dados: Unidade de Gestão Operacional da Secretaria-Geral Análise e Tratamento de Dados: Unidade de Sustentabilidade do Departamento da Qualidade e Inovação
Consumo de água	Fonte dos dados: Entidades abastecedoras de água canalizada Análise e tratamento de Dados: Unidade de Sustentabilidade do Departamento da Qualidade e Inovação
Resíduos	Fonte dos dados: Entidades operadoras de gestão de resíduos, com base na informação disponibilizada para efeitos de comunicação obrigatória à Agência Portuguesa do Ambiente dos resíduos produzidos pela Instituição em 2021. Análise e tratamento de Dados: Unidade de Sustentabilidade do Departamento da Qualidade e Inovação

Indicadores sociais

Indicadores de Recursos Humanos	Direção de Recursos Humanos
Indicadores de Segurança e Saúde no Trabalho	Direção de Recursos Humanos Unidade de Gestão de Segurança do Departamento da Qualidade e Inovação

Desenvolvimento e coordenação:
Departamento da Qualidade e Inovação,
Unidade de Sustentabilidade
Apoio técnico:
Stravillia Sustainability Hub
Imagens:
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Conceção Gráfica:
NOSSA™
Ano de publicação:
2022

